



Edição n.º 5

## Índice

■ Editorial

■ Atividade  
Inspetiva

■ A Voz da  
Investigação/  
Coordenação

Convivialidade  
Escolar. Uma escola,  
uma intervenção

■ A Voz da  
Coordenação

Educação para  
a Segurança e  
Prevenção de Riscos

■ A Voz da  
Coordenação

Educação para  
Sexualidade e Afetos  
na RAM

■ Aconteceu

■ Brevemente

■ Sugestões de  
Leitura



Jorge Morgado

Inspeção Regional de Educação

## Editorial

Este n.º 5 do Boletim Informativo “IntervIRE” da iniciativa da Inspeção Regional de Educação, e como já referimos no editorial do boletim anterior, continuará a centrar-se na formação pessoal e social e no desafio que se coloca às escolas no âmbito da sua autonomia poderem disponibilizar aos alunos

“stricto sensu” e à comunidade educativa envolvente “lato sensu” ofertas educativas e formativas com vista ao exercício da cidadania ativa e de participação democrática em ambiente intercultural de partilha e de colaboração num quadro que se quer valorizador do seu projeto educativo.

# Atividade Inspetiva

➤ No segundo quadrimestre de 2018, a atividade inspetiva centrou-se, mais uma vez, no programa de ação disciplinar e provedoria com um maior número de dias de trabalho dos inspetores e dos docentes requisitados a exercer funções inspetivas. O programa de controle que se subsume nas atividades relacionadas com as condições de funcionamento do ano letivo e com a avaliação externa das aprendizagens posicionou-se logo a seguir, seguindo-se o acompanhamento - desenvolvimento das aprendizagens, os estudos -formação pessoal e social e a

auditoria-ensino privado. Registe-se a continuação dos Diálogos sobre Educação, no dia 15 de junho, no auditório do Centro de Estudos de História do Atlântico, desta vez com Patrícia Matos, jornalista da TVI que apresenta todos os dias o Diário da Manhã, entre as 6h30 e as 10h. Passou pelas editorias de economia, sociedade e esteve na fundação da TVI24. É licenciada em Jornalismo e Comunicação, mestre em Ciência Política e doutoranda na mesma área, onde se dedica ao estudo da comunicação política e 4ª Revolução Industrial. É autora do blog 'Deve ser de mim'. Patrícia Matos veio falar-nos do Poder nas Organizações.



# Convivialidade Escolar

## Uma escola, uma intervenção



Marcelo Melim



Gonçalo Olim



Gabriela Magalhães

Isabel Camacho

### 1 - Introdução

Um clima escolar desfavorável constitui uma fonte de vulnerabilidades à integração e segurança de toda a comunidade educativa. As escolas, perante as atuais necessidades sociais, não podem em momento algum renunciar ao seu papel de

instituições corresponsáveis pela promoção da saúde psicossocial entre a população infantojuvenil. Contudo, deve ser da responsabilidade das entidades governamentais que regulam o setor da educação cooperar com as escolas no sentido de apurar que

medidas devem ser praticadas, em relação às variadas expressões de violência que despontam em meio escolar. Este artigo documenta a atividade e principais resultados do Projeto Convivialidade Escolar. Um projeto de intervenção/investigação tutelado pela Secretaria Regional de Educação (SRE), da Região

Autónoma da Madeira (RAM) e supervisionado pelo Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), da Universidade do Minho. O principal objetivo desta iniciativa com 5 anos de existência é contribuir para um ambiente escolar seguro, inclusivo e respeitador, potenciador das aprendizagens e favorecedor do sucesso escolar dos alunos dos 1º, 2º e 3º ciclos de escolaridade. Recorremos a uma abordagem qualitativa, através da técnica de *focus groups* e da entrevista qualitativa a vários elementos chave da comunidade educativa. Os resultados obtidos até ao momento levam-nos a concluir que não existe um conjunto de políticas

e estratégias que num formato único possam resolver os conflitos, as incivildades e a violência em todas as escolas. Em cada escola é necessário averiguar e testar as medidas mais adequadas às suas necessidades específicas nesta área, à sua cultura de escola (etos), ao seu envolvimento sociocultural e ao seu modelo de gestão. É igualmente assente que a alteração do ambiente escolar e a prevenção das situações que obstam à sua melhoria é um processo que requer o comprometimento de toda a comunidade educativa. Posteriormente, uma avaliação contínua dá-nos orientações para ajustar e melhorar a intervenção, substituir estratégias menos

eficazes ou adaptá-las a alterações ocorridas no próprio contexto escolar. Concluímos que o ambiente da escola e o comportamento dos alunos é essencialmente fruto do seu aproveitamento escolar. Sem sucesso educativo é muito difícil alterar significativamente a atitude e empenho dos alunos. Neste sentido e apesar da maioria das estratégias analisadas serem válidas, destacamos a relevância das adaptações e flexibilidade curriculares, bem como a existência de outros percursos alternativos que tentam ir de encontro às expectativas, capacidades, talentos e interesses dos alunos. Este é o futuro do combate à violência, indisciplina e *bullying* escolar.

## 2 - Objetivos

### Objetivos gerais:

1) Colaborar com cada escola, na singularidade da sua realidade e na especificidade dos seus problemas, ao promover o debate interno e a reflexão sobre as suas possibilidades e prioridades de intervenção;

2) Mapear a incidência dos vários fenómenos de violência escolar de acordo com as distintas realidades das escolas e simultaneamente registar um conjunto de boas práticas que são levadas a cabo pelas escolas, exactamente com o propósito de combater esses mesmos fenómenos;

3) Unir as escolas num esforço conjunto, estabelecendo uma rede de partilha de informação e estratégias, em prol de um melhor ambiente escolar e na redução da incidência dos vários tipos de comportamentos antissociais que constituem um obstáculo ao adequado desenrolar do processo de ensino-aprendizagem.

### Objetivos específicos:

1) Promover um ambiente escolar assente na convivalidade, na inclusão e num clima relacional positivo;

2) Colaborar na satisfação, motivação e ligação à escola de toda a comunidade educativa;

3) Conter a expressão dos fenómenos associados à violência juvenil que ocorrem em contexto escolar;

4) Cooperar com a administração da escola na análise e resolução de fatores disruptivos que obstem ao bom funcionamento da instituição;

5) Contribuir para o sucesso escolar dos alunos, ao favorecer um envolvimento mais propício às suas aprendizagens;

6) Conferir operacionalidade e estratégia a algumas medidas de integração e supervisão previstas no Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Decreto Legislativo Regional n.º21/2013/M).

### 3 – Uma escola, uma intervenção (2.º e 3.º ciclos de escolaridade)

O projeto tem início com a criação de uma equipa coordenadora resultante do protocolo estabelecido entre a Secretaria Regional de Educação e o Centro de Investigação em Estudos da Criança. A missão desta equipa é ajudar a desenvolver em cada escola, um grupo de trabalho – com funções o mais exclusivas possível no âmbito deste projeto – que posteriormente possa operar autonomamente de acordo com a realidade singular da sua escola. O propósito da equipa coordenadora é auxiliar cada escola a “desenhar” uma intervenção à sua medida ou a reforçar o conjunto de medidas que já possui. Para tal é necessário inventariar os meios necessários (humanos, materiais e formativos), para que o plano de ação a favor da convivialidade e de um melhor clima escolar seja uma realidade.

Os planos de cada escola poderão incluir iniciativas dirigidas a toda a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários e encarregados de educação) e a possibilidade de envolver igualmente parcerias com a comunidade envolvente, nomeadamente, os serviços de saúde, assistência social, comissão de proteção de crianças e jovens, a escola segura (PSP), etc. As

iniciativas já existentes nas escolas com fins similares, quando bem-sucedidas, podem ser integradas no plano de ação a aplicar noutras escolas.

A intervenção numa escola deverá contemplar um estudo de diagnóstico que inclua, entre outros itens a serem analisados, a opinião de professores, alunos, pais e funcionários, sobre o ambiente da sua escola, a expressão das várias formas de violência escolar existentes e o seu nível de sucesso escolar. São assim utilizadas abordagens qualitativas, o *focus groups* ou “discussões de grupo” e as entrevistas qualitativas a determinados elementos chave, no sentido de obtermos a informação necessária à correta identificação dos problemas que afligem cada escola, com vista à definição das soluções possíveis, bem como formas de implementação dessas soluções. O propósito das sessões do “grupo de discussão” ou *focus group* é o de apoiar a escola, criando a reflexão e o debate sobre os seus pontos fortes e fracos, na área da violência escolar e do clima de escola.

Após as fases de diagnóstico e intervenção inicial, todo o projeto poderia ficar em causa se não existisse uma adequada

monitorização da atividade dos vários núcleos. Neste sentido, a comunicação regular entre as escolas e a equipa coordenadora é fundamental para assegurar a concretização das restantes etapas do processo, a supervisão (acompanhamento), a avaliação e o eventual reajustamento da intervenção. Deste modo, a equipa coordenadora do projeto realiza, de forma periódica, reuniões com os professores responsáveis de cada escola, para análise dos progressos de cada instituição em particular.

#### 4 – A Convivialidade escolar no 1.º Ciclo

A nossa experiência no terreno leva-nos a perceber que na origem destes problemas comportamentais estão diversos fatores, entre os quais uma carência dos nossos alunos, ao nível do desenvolvimento das suas competências sociais e emocionais, o que acaba por prejudicar a qualidade dos relacionamentos que estabelecem com colegas e professores.

Desta forma, torna-se por vezes difícil atuar eficazmente perante os problemas que são reportados no contexto escolar, sendo que a intervenção efetuada por docentes, psicólogos e outros técnicos, é realizada, na sua maioria, a nível remediativo. Assim, é de extrema importância que haja um investimento numa intervenção primária, de forma a promover junto das nossas crianças e de uma forma estruturada, uma literacia emocional que as auxilie a ultrapassar, de forma eficaz, os desafios com que se deparam ao longo da vida.

Numa meta análise efetuada, verificou-se que crianças e jovens que tinham feito parte de programas no âmbito das competências socioemocionais obtiveram

resultados significativos ao nível da prevenção e redução de problemas emocionais e comportamentais. Estas crianças melhoraram igualmente no que respeita aos seus comportamentos sociais e à relação com os pares, assim como ao nível do ajustamento escolar e do desempenho académico (Durlak, Weissberg, Dymnicki, Taylor, & Schellinger, 2011).

Perante tudo o que foi mencionado anteriormente, a nossa equipa idealizou, em parceria com a Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia (DSEAM), um conjunto de sessões teórico-práticas, destinadas aos alunos do 1.º ciclo (do 1.º ao 4.º anos), com o objetivo de desenvolver as denominadas competências socioemocionais ou competências SEL (*Social and Emotional Learning*), assentes na combinação das dimensões emocional, cognitiva e comportamental. Pretende-se que os alunos adquiram e apliquem, de forma eficaz, os conhecimentos, atitudes, e competências necessárias para compreender e gerir emoções, estabelecer e atingir objetivos positivos, sentir e mostrar empatia pelos outros, estabelecer e manter relações saudáveis e tomar decisões responsáveis (Weissberg, Domitrovich, & Dusenbury, 2012).

De forma a tornar a abordagem desta temática mais atrativa e acessível às crianças, baseamos as nossas atividades em estratégias pedagógicas práticas, sequenciais, ativas e expressivas, promovendo igualmente o diálogo e reflexão entre os alunos e docentes, permitindo assim aprender num contexto convivial de grande riqueza sensorial e psicomotora.

As sessões entraram em vigor no ano letivo 2016/2017 através da área de Expressão Musical e Dramática, sem necessidade de alteração do seu programa, uma vez que há confluência de objetivos. Contudo, é fundamental que haja uma articulação com o professor titular de turma, bem como com toda a comunidade escolar, no sentido de se efetivar a generalização destas competências aos outros contextos de vida dos alunos.

### 5 – Reflexão final

As diversas pesquisas realizadas salientam que a abordagem mais eficaz de combate a esta problemática insere-se numa política global da escola, promovendo positivamente a convivência social e propagando ações de sensibilização e de formação, de modo a combater todas as formas de violência. Deste modo, os programas de intervenção deverão estar associados a estratégias de educar a população discente para a cidadania, promovendo climas relacionais e convenientes à aprendizagem e a relações sociais positivas, envolvendo toda a comunidade educativa.

Aprendemos que a solução para a maior parte dos problemas que afetam as escolas está na própria escola. É apenas uma questão de reconhecimento, comprometimento, organização e perseverança na perseguição das medidas necessárias.

Sabemos que há ainda muito para fazer, mas podemos afirmar que alcançamos um compromisso, uma relação, um objetivo conjunto de melhoria da atmosfera relacional escolar, quer seja por parte de alunos, professores, psicólogos, assistentes ou encarregados de educação.

### Referências

- Boneti, L. (2011). As políticas públicas educacionais frente ao bullying na escola. In M. Gisi, & R. Ens, *Bullying nas escolas - Estratégias de intervenção e formação de professores* (pp. 17-38). Curitiba: Unijuí.
- Caprara, G., Barbaranelli, C., Pastorelli, C., Bandura, A., & Zimbardo, P. (2000). Prosocial foundations of children's academic achievement. *Psychological Science*, 11, 302-306.
- Dorsey, J. (2000). *End School Violence*. Obtido em 19 de Junho de 2002, de Institute to End School Violence: <http://www.endschoolviolence.com/strategy/>
- Durlak, J., Weissberg, R., Dymnicki, A., Taylor, R., & Schellinger, K. (2011). The impact of enhancing students' social and emotional learning: A meta-analysis of school-based universal interventions. *Child Development*, 82, 405-432.
- Eyng, A. (2011). Convivência e violência nas escolas: A Dinâmica dos sujeitos e contextos na configuração do bullying. In M. Gisi, & R. Ens, *Bullying nas escolas - Estratégias de intervenção e formação de professores* (pp. 97-134). Curitiba: Unijuí.
- Forgatch, M. (2003). Implementation as a second stage in prevention research. *Prevention & Treatment*, 6(24).
- Gladden, M. (2002). Reducing School Violence: Strengthening student programs and addressing the role of school organizations. *Review of Research in Education*, 263-299.
- Hernandez, T., & Seem, S. (2004, April). A safe school climate: a systemic approach and the school counselor. *American School Counselor Association*, 7(4).
- Hernandez, T., & Seem, S. (2004). A safe school climate: a systemic approach and the school counselor. *American School Counselor Association*, 7(4).
- Jerome, H. (1998). Measuring School climate: Let me count the ways. 22-26.
- McLafferty, I. (2004). Focus group interviews as a data collecting strategy. *Journal of Advanced Nursing*, 48(2), 187-194.
- Orpinas, P., & Horne, A. (2010). Creating a Positive School Climate and Developing Social Competence. In S. Jimerson, S. Swearer, & D. Espelage, *Handbook of Bullying in Schools* (pp. 49-60). New York: Routledge.
- Pereira, B., Costa, P., Melim, F., & Farenzena, R. (2011). *Bullying escolar: Programas de intervenção preventiva*. In M. Gisi, & R. Ens, *Bullying nas escolas - Estratégias de intervenção e formação de professores* (pp. 135-156). Curitiba: Unijuí.
- Weissberg, R., Domitrovich, G., & Dusenbury, L. (2012). *Collaborative for Academic, Social and Emotional learning (CASEL). 2013 CASEL guide: Effective social and emocional - Preschool and elementary school edition*. Chicago: Preschool and elementary school edition.

## PROJETO:

# Educação para a Segurança e Prevenção de Riscos



Diogo Neves  
Técnico Especialista da Secretaria  
Regional de Educação

## Contexto

O Conselho Nacional de Educação, no seu parecer n.º 4/2011 de 07 de janeiro, faz referência ao Quadro Estratégico de Cooperação Europeia em matéria de educação e formação (EF 2020), retomando os quatro objetivos estratégicos definidos, sendo que o terceiro destes objetivos regista a necessidade de “*promover a igualdade, a coesão social e a cidadania ativa*”. Esta mesma

*entidade, na sua recomendação n.º 1/2012 adianta também que “na modernidade ocidental, a promoção da cidadania foi sempre assumida como uma das missões essenciais da escola”*. Temos, portanto, que o presente Projeto de Educação para a Segurança e Prevenção de Riscos (ESPR), concebido enquanto faceta integrante da dimensão de cidadania a promover na formação dos jovens, encontra

a sua razão de ser nesta função/missão atribuída à escola. Simultaneamente, pretende dar-se cumprimento a um dos objetivos que a Lei de Bases do Sistema Educativo fixa para o ensino básico, ao registar que compete a este nível de escolaridade “*proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária*”.



### Enquadramento Concetual

A ocupação humana do planeta, organizada em sociedades cada vez mais complexas e artificiais, faz-se numa aparente harmonia com a natureza. No entanto, somos regularmente confrontados com fenómenos, naturais ou induzidos pelo homem, que comprometem o equilíbrio entre o ambiente social e o ambiente natural.

Se, durante muitos séculos, as catástrofes se limitaram aos fenómenos de origem natural, a evolução tecnológica, a criação de novos tipos de indústrias, a utilização de mais e maiores quantidades de substâncias perigosas provocaram o surgimento de outro tipo de acontecimentos catastróficos: os riscos tecnológicos.

As catástrofes associadas à ocorrência de riscos naturais, tecnológicos e mistos, decorrentes de fenómenos naturais ou de ações provocadas pelo homem, acarretam consequências significativas, mais ou menos gravosas, consoante a magnitude do fenómeno em causa e dos próprios elementos em risco nela existentes, ou seja, a vulnerabilidade da zona onde se produzem. A população, as edificações, as atividades económicas, os serviços e as infraestruturas são fatores críticos dessa vulnerabilidade. Torna-se, pois, imprescindível diminuir essa vulnerabilidade, dotando os cidadãos dos conhecimentos e competências essenciais à prevenção e autoproteção face ao

risco, implicando isso, por parte de toda a sociedade, uma alteração de comportamentos que deve ser encarada como uma tarefa de todos e para todos.

Relativamente aos riscos naturais, o relatório da ONU sobre o aquecimento global (Japão, 2014) refere que “existirão, inevitavelmente, mais enchentes, mais aluviões e mais ondas de calor pela Europa” e que “para diminuir esses riscos, devem ser promovidas estratégias e ações para melhorar a preparação contra os desastres, bem como para reduzir a exposição a eventos causados pelas alterações climáticas”.

Após a catástrofe do aluvião de 20 de fevereiro de 2010 na RAM, tanto o relatório do estudo de risco de aluvião na RAM, realizado pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa em parceria com a UMA e o LREC (Funchal, 2010), como o relatório do II Fórum Intermunicipal de Intercâmbio de Experiências e Gestão de Riscos (Santana, 2011), referem a importância da “Educação para a prevenção e gestão de riscos” e da “Promoção da educação para a sensibilização em situações de emergência”.





## Relação com a Educação

A relação entre a Educação para a segurança e a diminuição da vulnerabilidade da população, em particular das crianças e jovens, é uma evidência que a nível internacional possui já um vasto percurso e suporte, quer académico, quer de instituições de referência. A nível institucional, diversos documentos de instituições como UNICEF, UN-ISDR, Banco Mundial, Cruz Vermelha e ActionAid referem-se explicitamente à importância da educação e particularmente à necessidade de se iniciar em idade escolar e ser integrada nos currículos como forma de aumentar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade.

A nível nacional, foi lançado pelo Ministério da Educação (Março 2015) uma proposta de Referencial de Educação para o Risco – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário que será, no quadro da Educação para a Cidadania, um documento orientador para a implementação da Educação para o Risco, desde o ano letivo 2015/16.

Na RAM, a SRE tem investido política e financeiramente no desenvolvimento de medidas de sensibilização e prevenção

na comunidade escolar e nas famílias, liderando a nível nacional a realização de projetos sistematizados nesta área dos riscos. Existem algumas experiências nacionais neste sentido, no entanto, a da Madeira será a mais relevante e sistemática, assim como a pioneira, a nível nacional, no que respeita à integração no currículo escolar da educação para a segurança e o risco.



### O Projeto

O projeto ESPR teve início no ano letivo de 2013/ 2014 e é uma parceria da SRE com o Serviço Regional de Proteção Civil, a Associação Insular de Geografia, a IA Saúde e o Serviço de Defesa do Consumidor.

É desenvolvido pelos docentes com o cargo de Delegados de Segurança e pressupõe uma área curricular não disciplinar com intervenção na dimensão da Formação Pessoal e Social dos alunos, através de um conjunto de temas e recursos pedagógicos que abordam várias temáticas de segurança, entre eles os riscos naturais e tecnológicos, vários assuntos relacionados com a proteção civil, bem como com a segurança alimentar e rodoviária.

Além da intervenção curricular com os alunos, os Delegados de Segurança têm também a missão de organizar exercícios de evacuação, simulacros e formações que treinem os procedimentos de emergência na escola em situação de incêndio, obrigatórios por lei.

Este projeto, que decorre em todas as escolas públicas e privadas da RAM, abrange, nas suas duas dimensões, a totalidade dos alunos entre o 1.º e o 9.º anos, estimando-se que cada turma tenha uma média de 6 sessões anuais sobre as temáticas referidas.

Este projeto pretende contribuir para que a promoção de uma cultura de segurança se constitua como uma estratégia prioritária na promoção de escolas e comunidades escolares conscientes

face aos riscos. As crianças e os jovens podem ser importantes agentes de mudança, não só pela aquisição de competências, mas como transmissores – à sua família – de uma cultura de prevenção, sendo assim parceiros poderosos dos agentes institucionais de proteção civil.

A escola, como espaço coletivo, para além de conhecer os riscos, prever os seus efeitos e interiorizar comportamentos de autoproteção, refletidos nos seus Planos de Prevenção e Emergência pode, enquanto espaço privilegiado de disseminação de saber, desempenhar um papel muito relevante na difusão de conhecimentos, competências e comportamentos essenciais à segurança da sociedade.

Numa avaliação feita após 4 anos de implementação do projeto ESPR nas escolas da RAM, constatou-se que os alunos referem um aumento da consciencialização da importância de conhecer os riscos existentes, assim como a esmagadora maioria dos alunos avalia positivamente o seu conhecimento sobre os perigos mais relevantes na RAM e sobre o que fazer em caso de perigo. 90% dos alunos sentem que, graças ao projeto ESPR, estão mais informados e sobretudo mais seguros face aos perigos. Avaliam de forma muito positiva a sua aprendizagem sobre perigos e medidas de autoproteção e atribuem grande importância às atividades realizadas no âmbito do ESPR. Indicam, na sua maioria, pôr em prática as regras de segurança que aprendem e falar com os pais sobre os perigos e o que fazer para se proteger.

Para os docentes e não docentes, concluiu-se nessa avaliação que identificam adequadamente os perigos com maior probabilidade de ocorrência e aqueles que causam mais destruição na RAM. Atribuem importância elevada às atividades do Plano de Prevenção e Emergência da Escola, bem como ao projeto ESPR. Os elementos de gestão das escolas – Conselhos Executivos / Diretores – atribuem grande importância às atividades do projeto ESPR, nomeadamente às aulas, aos simulacros, às sensibilizações a docentes, funcionários e encarregados de educação. Avaliam de forma extremamente positiva o impacto do projeto ESPR, quer no que se refere à melhoria de conhecimentos sobre segurança dos alunos, docentes e funcionários, quer à melhoria dos seus comportamentos.

Podemos constatar por esta avaliação, assim como pela opinião dos Delegados de Segurança das escolas e dos técnicos das instituições parceiras que dão apoio pedagógico e técnico nas escolas, que a questão da segurança e dos riscos é hoje um assunto “vivo” nas escolas da RAM e que a comunidade escolar está bem informada, mais consciente e melhor preparada para lidar com essas situações.



Educação para Sexualidade na RAM:  
Visões e Vivências, Sucessos e Anseios



## Um Histórico de 12 Anos do Projeto



Fernanda Loureiro,  
Paula Lage

Coordenação Regional  
do Projeto ESA

Constitui a matéria de que somos feitos, molda-nos, condiciona-nos, inspira-nos, compõe-nos, dinamiza-nos, plasma-nos o rosto: *Sexualidade não é uma coisa em si, mas é qualquer coisa em nós*<sup>1</sup>. Está na pele, no olhar, no ser... ela é experienciada e expressa de diferentes formas e é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, económicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais<sup>2</sup>.

É uma parte integrante da vida, cravada na existência humana, e é um elemento positivo do seu potencial. Contribui de forma inequívoca para a identidade

enquanto indivíduos e cidadãos e é de inegável pertinência pessoal e social.

Esta energia natural que nasce e morre connosco, transversal a todo o ciclo vital, faz parte da vivência do EU, do corpo e da mente, e assume uma dimensão basilar do desenvolvimento humano. É a mais universal das experiências, mas é também a mais pessoal e subjectiva e pode ser, conforme declara o investigador Duarte Vilar "potencialmente geradora de bem-estar, crescimento, de auto-realização mas também e, simultaneamente, de conflitos e sofrimento"(2003)<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> M. Joana Almeida - psicóloga clínica, in Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica

<sup>2</sup> OMS – Organização Mundial de Saúde, 2002

<sup>3</sup> Vilar, D. (2003). Falar disso, a educação sexual nas famílias dos adolescentes. Porto: Edições Afrontamento



Nos tempos hodiernos, apesar do acesso facilitado à informação que a era digital a todos proporciona, e que é sempre muito procurada, gera-se grande insegurança e ambivalência, nomeadamente no que diz respeito à sexualidade dos adolescentes. Continuam a existir muitas crenças erróneas, muitos fundamentalismos e até muita desinformação, que é alimentada pela imagem formatada e enviesada da sexualidade humana, nomeadamente com a pornografia. As dúvidas prevalecem e agudizam-se nos nossos jovens, sendo rudimentar ainda o grau de esclarecimento e, segundo Osório (1992, p.41)<sup>4</sup>, é “universal a precariedade de informações, independentemente do nível sócio-económico ou das vertentes culturais”. A ignorância a respeito da compreensão deturpada das funções e das estruturas sexuais, bem como de todo o seu envolvimento, propiciou um terreno profícuo para o florescimento de

preconceitos e de mitos. Estes são um poderoso meio de comunicação que funciona como uma história simples e simbólica envolta num número ilimitado de associações muitas vezes inconscientes, logo subtis e irrefletidas, o que dificulta a sua desconstrução e desenraizamento, exigindo um trabalho prolongado e mais profundo de reflexão.

Nesta modernidade líquida (Z. Bauman), Joana Almeida observa “uma sociedade híper erotizada, onde somos inundados de nudez, de receitas pré-formatadas para se ter muito sexo, muito desejo, muitos orgasmos, muitos parceiros e parceiras. A publicidade, por exemplo, abusa da sensualidade para nos vender carros, champôs ou detergentes para a roupa, como se a sexualidade fosse uma moeda forte, sem inflação e com muita especulação”<sup>5</sup>. Os média, em conjunto com as redes sociais, mergulham-nos em padrões utópicos e estereotipados de beleza, felicidade e performance e revelam uma manipulação desmedida que interfere com emoções, sentimentos, desejos e expectativas pessoais, atingindo proporções mais significativas nos mais jovens e nos mais fragilizados.

A importância da educação sexual é quase consensualmente aceite,

no entanto, ainda persistem crenças enraizadas de que esta estimula a prática sexual precoce ou que nas crianças e pré-adolescentes é prematura a abordagem. Vários estudos comprovam exatamente o contrário e é crucial que as direções das escolas e os pais e encarregados de educação compreendam isso. Numa revisão de 83 estudos realizados em vários países do mundo (Kirby, Laris & Roller, 2007)<sup>6</sup> concluiu-se que 2/3 dos programas demonstravam ter impacto positivo em pelo menos um comportamento sexual. Os resultados indicam que estes programas atrasam o início da atividade sexual, diminuem a atividade sexual, aumentam a utilização do preservativo ou outros contraceptivos e diminuem as relações sexuais desprotegidas. Além disso, os seus efeitos parecem manter-se pelo menos um ano após a intervenção. Os programas demonstraram eficácia numa variedade muito grande de países, culturas e grupos de jovens e revelaram que se mantêm eficazes quando são replicados nas mesmas condições.

Também a OMS realizou uma revisão de 1050 artigos científicos, tendo os investigadores chegado à conclusão de que “os programas de educação sexual não fomentam a experimentação ou aumentam

<sup>4</sup> OSORIO, L. C. Adolescente hoje. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992

<sup>5</sup> M. Joana Almeida - psicóloga clínica, in Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica

<sup>6</sup> Kirby, D.B.; Laris, B.A. & Roller, L.A. (2007). Sex and HIV education programs: their impact on sexual behaviours of young people throughout the world. *Journal of Adolescent Health*, 40 (3), 206-217.

a atividade sexual. Antes pelo contrário, a maioria dos programas promove o adiamento do início da actividade sexual e a utilização eficaz da contraceção” (Grunseit et al., 1997)<sup>7</sup>.

Dados do Global Sex Survey (2005)<sup>8</sup>, que envolveu 317.000 pessoas de 41 países diferentes, indicam que praticamente todas as pessoas (98%) consideram que deve existir educação sexual, revelando apenas alguns sujeitos da amostra da China a ideia de que esta não seria necessária. Outros estudos indicam que 85 a 90% dos jovens valorizam a educação sexual e gostariam de participar em ações relativas a essa temática (Sampaio, 2000)<sup>9</sup>. A necessidade de educação sexual formal evidenciou-se, integrada na temática da educação para a saúde, tendo-se iniciado na Suécia em 1955 e expandido pela Europa e resto do mundo.

Em Portugal, foi publicada a Lei n.º 120/99 de 11 de agosto em 1999, regulamentada pelo DL n.º 25/2000, de 17 de outubro, que evocou a escola como entidade competente para integrar estratégias de promoção da saúde sexual, tanto no desenvolvimento do currículo como na organização de atividades de enriquecimento curricular, favorecendo a articulação escola-

família. Este quadro legal coloca a tónica na prevenção dos comportamentos de risco e alinha a educação sexual nos currículos do ensino básico e secundário, integrada na área da educação para a saúde. Em 2005, com o despacho n.º 25 995/2005 (2.ª série), de 16 de dezembro, foi decretada a obrigatoriedade de as escolas incluírem no seu projeto educativo a área da educação para a saúde, combinando a transversalidade disciplinar com a inclusão temática na área curricular não disciplinar.

Na Região Autónoma da Madeira (RAM), surgiu o Projeto ESA (Educação para a Sexualidade e Afetos) em 2006, sendo pioneiro a nível nacional, ao surgir formal e estruturado. Este ergue-se, no entanto, em resultado de um percurso anterior, iniciado formalmente em 1994, com um estudo das necessidades de cerca de 4.000 alunos, dos 6º, 9º e 12º anos, que levou ao “Projeto Regional da Prevenção da SIDA para Jovens”, dirigido a alunos do 7º ao 12º ano. Neste, eram fornecidos conhecimento e trabalhados comportamentos ligados à sexualidade (perceção do risco, perceção da vulnerabilidade, comunicação, tomada de decisão,

hábitos saudáveis). Em resultado da boa receção dos alunos e da vontade manifestada em que esta intervenção iniciasse mais cedo, em 2001-2002, surge o Projeto “Educação para a Sexualidade e Prevenção da Infecção do VIH para o Pré-escolar e para o 1º Ciclo do Ensino Básico”, após um processo de auscultação dos docentes destes níveis de ensino. Esta intervenção consistiu na criação de um programa e da formação e preparação dos professores que o aplicavam nas suas disciplinas. Em 2003-2004 as questões da sexualidade, enquadradas na educação para a saúde são alargadas ao 2º ciclo com o “PRESS – Projeto Regional de Educação para a Saúde e Sexualidade”. Neste caso, cada escola construía o seu próprio projeto e aplicava-o, sob supervisão de uma equipa coordenadora, que dava também apoio e formação. No entanto, os constrangimentos de alguns docentes e escolas, fez perceber a importância de salvaguardar a igualdade de oportunidades da Educação para a Saúde e Sexualidade a todos os alunos e alunas da RAM. Nasce então o Projeto ESA, construído a partir das necessidades detetadas entre 1994-2006, que se firma e consolida no tempo, assente num

<sup>7</sup> European Network of Health Promoting Schools, WHO, & European Commission (1997). First Conference of the European Network of Health Promoting Schools: the health promoting school - an investment in education, health and democracy: conference resolution, Thessaloniki-Halkidiki, Greece, 1-5 May 1997.

<sup>8</sup> Give and receive, 2005 Global Sex Survey results

<sup>9</sup> Sampaio, D. (2000). Sexualidade na Adolescência. In Barbosa, A. & Gomes-Pedro, J. (Eds.) (2000). Sexualidade. Lisboa: Departamento de Educação Médica da Faculdade de Medicina de Lisboa.

modelo de educação integral e numa visão holística e ecológica do ser humano e que complementa a transmissão de conhecimentos com o desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas e sociais.

Este projeto da Secretaria Regional de Educação (SRE), aguçando o senso de humanidade e o crescimento pessoal, assenta nos Direitos Universais do Homem, contribuindo para uma Educação Integral e Autêntica, através do desenvolvimento de competências sociais, as designadas Competências para a Vida – tomada de decisões, resolução de problemas, pensamento crítico e criatividade, análise e clarificação de valores, capacidade de negociação, lidar com emoções, lidar com situações de stress, criar empatia com os outros mas também cuidar de si próprio<sup>10</sup>. Foi aplicado em Formação Cívica durante 6 anos com carácter de obrigatoriedade para todos os alunos do 5º ao 9º ano. Definido como estratégia de prevenção da gravidez na adolescência e do número de infeções pelo VIH e por outras IST's, bem como a prevenção de abusos sexuais e da violência no namoro, a não discriminação e as questões da identidade e igualdade de género, tem como objetivo contribuir para uma sexualidade vivida de forma saudável, refletida, informada e gratificante. A aplicação deste projeto tem seguido uma lógica democrática (sem prescrição

de valores) e com uma aceção pluralista (capacidade de escolha/decisão) e é centrada no desenvolvimento e maturidade dos alunos (níveis/ciclos) e das suas necessidades (caixa das dúvidas). Visa-se portanto promover o desenvolvimento global dos alunos dos 2º e 3º ciclos, no sentido da autonomia e da responsabilidade, indo ao encontro das suas expectativas. Assim, não é tão só uma via de autoconhecimento, autoconsciência, autoestima, autorregulação, como de empoderamento para a tomada de decisão, negociação e comunicação, numa visão ética da sexualidade. A intervenção da escola nesta área nunca substitui ou anula a responsabilidade dos Pais e Encarregados de Educação, antes pretende, permanentemente, complementar e apoiar o importante espaço da educação sexual na família.

Há cerca de 6 anos, com o surgimento do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, altera-se a estrutura curricular vigente, eliminando as áreas curriculares não disciplinares, nomeadamente a Formação Cívica. Com prontidão e arrojo, a SRE defendeu o propósito deste espaço de formação e surgiu a *Formação Pessoal e Social* (FPS), que possibilitou às escolas, à luz da sua autonomia e em resposta aos objetivos preconizados em cada projeto educativo, desenvolver projetos que permitam a formação holística dos alunos numa perspetiva de

educação para a cidadania, onde se inclui o Projeto ESA, integrado nos Projetos de Educação para a Saúde. Enquadrado no Decreto-Lei n.º 139/2012<sup>11</sup>, é publicado o Despacho n.º 288/2016, da SRE, que “atribui um crédito global de tempos letivos semanais, por cada ano escolar, para a constituição das estruturas de gestão intermédia, de articulação curricular e de coordenação pedagógica, para a adoção e desenvolvimento de estratégias capazes de dar respostas diferenciadas a todos os alunos, com vista ao seu sucesso educativo, para o desenvolvimento da formação pessoal e social dos alunos e para a aplicação de medidas de complemento e enriquecimento curriculares.”<sup>12</sup> Assim, de forma muito relevante, possibilitou-se a continuação da existência de um espaço onde a Educação para a Sexualidade e Afetos pudesse estar salvaguardada e responder às necessidades dos estudantes da RAM, privilegiando-se o rigor, a clareza, a adequação ao grau de maturidade (física, emocional e psicológica) e às vivências dos alunos, em contexto formal e de um modo sistémico, contínuo, estruturado e cientificamente válido. À semelhança do que acontece noutros países e em contraste com o que decorre no restante território continental, a defesa deste espaço de trabalho, embora apenas de 45 minutos semanais, tem sido uma enorme mais-valia, conforme vários estudos já sugerem.



Como temos visto, intimamente relacionados com as questões da sexualidade estão os conceitos de saúde sexual e reprodutiva e de direitos sexuais (vertente dos Direitos Humanos ligada à sexualidade) tal como as questões da Cidadania, num propósito que se pretende amplo, profundo e global. O conceito de saúde sexual e reprodutiva assume especial relevância uma vez que procura uma abordagem positiva da sexualidade humana com o objetivo de promover uma vivência saudável e satisfatória da mesma, não se restringindo às questões relativas à reprodução ou às doenças sexualmente transmissíveis. A sexualidade humana assume muitas outras funções para além da reprodutiva: é uma fonte de prazer, bem-estar, comunicação e afeto mas pode também ser uma forma de exercer poder e violência sobre o outro. Deste modo, é muito grande a abrangência dos conteúdos dos projetos de educação sexual e deve ocorrer ao longo de todo o desenvolvimento humano, pelo que, a obrigatoriedade legal de implementação nas escolas públicas em vários países, incluindo Portugal, abrange todos os ciclos da escolaridade obrigatória.

Entre 2005-2007, foi criado um Grupo de Trabalho de Educação



Sexual (GTES), coordenado pelo Professor Daniel Sampaio, e surge então a publicação da Lei nº 60/2009 de 6 de Agosto, que estabeleceu o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar, reforçando a integração da educação sexual no âmbito da educação para a saúde, nas áreas curriculares não disciplinares. Aproximadamente um ano depois, a portaria 196-A/2010 de 9 de abril, vem regulamentar esta Lei, definindo os objetivos mínimos da área de educação sexual e respetivos conteúdos a contemplar, que podem ser abordados nas áreas disciplinares ou nas áreas curriculares não disciplinares, desde o 1º ciclo ao ensino secundário<sup>10</sup>. Num marco muito importante, ainda vigente, foi assim deliberado que a educação sexual em meio escolar tem caráter obrigatório e destina-se a todos os alunos que frequentam estabelecimentos de ensino básico

e secundário da rede pública e os estabelecimentos da rede privada e cooperativa com contratos de associação, do território nacional<sup>11</sup>.

A intervenção profissional nestas temáticas deve ter uma referência ética clara, ser abrangente do pluralismo moral e promotora do debate de ideias e valores. Evocando o referencial ético das linhas orientadoras para a Educação Sexual em Meio Escolar<sup>12</sup>, assumem-se como valores essenciais: – o reconhecimento de que a autonomia, a liberdade de escolha e uma informação adequada são aspetos essenciais para a estruturação de atitudes e comportamentos responsáveis no relacionamento sexual; – o reconhecimento de que a sexualidade é uma fonte potencial de vida, prazer e de comunicação, e uma componente da realização pessoal e das

<sup>10</sup> Adaptado da Portaria 196-A/2010 de 9 de abril (Ministério da Saúde e da Educação)

<sup>11</sup> Artigo 1.º, Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto

<sup>12</sup> Educação Sexual em Meio Escolar - Linhas Orientadoras, 2000 - Documento conjunto do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, de orientação para o desenvolvimento da Educação Sexual nas escolas

relações interpessoais; – o reconhecimento da importância da comunicação e do envolvimento afetivo e amoroso na vivência da sexualidade; – o respeito pelo direito à diferença e pela pessoa do outro, nomeadamente os seus valores, a sua orientação sexual e as suas características físicas; – a promoção da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres; – a promoção da saúde dos indivíduos e dos casais, nas esferas sexual e reprodutiva; – o reconhecimento do direito à maternidade e à paternidade livres, conscientes e responsáveis; – o reconhecimento das diferentes expressões da sexualidade ao longo do ciclo de vida; – a recusa de expressões da sexualidade que envolvam violência ou coação, ou relações pessoais de dominação e de exploração.

Ampliando o olhar para um horizonte global, lembramos a permanente preocupação de organismos internacionais em relação a estas matérias, tais como a ONU, o Conselho da Europa, a UNICEF ou a UNESCO. A estratégia da UNESCO para a educação<sup>16</sup>, para a construção de uma melhor saúde e bem-estar, apresenta um enquadramento abrangente para uma ação

concertada por parte deste organismo e dos seus parceiros a nível global, nacional, regional e local, a decorrer até 2021. Baseia-se no trabalho da UNESCO sobre o VIH e a promoção da educação sexual extensiva e de ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos, dando maior ênfase ao papel das escolas na promoção da saúde. Reflete evoluções recentes nas agendas da educação global, e da pandemia do VIH e da saúde e está alinhada com a nova Estratégia da ONUSIDA para 2016-2021 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>17</sup>, em particular, o ODS3 Saúde, o ODS4 Educação e o ODS5 Igualdade de Género.

Neste caminho conjunto e visão global, a Coordenação deste projeto tem procurado criar laços e sinergias de modo a unir esforços com várias entidades e

organismos nacionais e regionais, tais como a CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - Conselho de Ministros), a CRLCSIDA (IASAÚDE), a Equipa de Apoio à Vítima de Violência Doméstica (Segurança Social), o Centro da Mãe, a Associação para o Planeamento da Família (APF) a Associação Presença Feminina (FEM), a Abraço, entre outras, quer na formação e sensibilização da comunidade educativa e da comunidade alargada, quer na organização de eventos.

O Projeto ESA tem portanto um percurso de 12 anos, dinâmico, diligente, pulcro e assaz sensível. Neste ano letivo, conta com a colaboração de cerca de 62 docentes e está presente em 26 das 27 escolas públicas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico da RAM, sendo sempre seu anseio



<sup>13</sup> UNESCO: Estratégia para a educação para a saúde e bem-estar: contribuir para os objetivos de desenvolvimento sustentável

alcançar todas as escolas e todos os alunos a quem se destina (5º aos 9º anos). Como racional teórico, assenta nas teorias da Aprendizagem Social - TAS e no Health Belief Model – HBM e utiliza atividades participativas (jogos, chuva de ideias, role playing, discussões de grupo, debates,...) no sentido de alcançar os objetivos definidos, promover atitudes e valores e treinar e desenvolver competências. Para personalizar a informação, utiliza a “Caixinha DD” – *Dúvidas e Desabafos*, que recolhe de forma anónima as perguntas e preocupações dos alunos, procurando ir ao encontro das respostas daquele grupo/ turma, ao longo da aplicação do projeto, integrado, se possível, nos conteúdos a abordar. Estes estendem-se por 10 sessões de 45 minutos para cada turma, ao longo de um dos períodos letivos, que se desenrolam de forma sequencial e complementar do 5º ao 9º ano. Procura-se abranger também todos os alunos que não estão no ensino regular (PCA e CEF), sempre com as adaptações necessárias, realizadas pelos docentes envolvidos. Pretende-se que no final do 3º ciclo todos os alunos tenham tido a oportunidade de um mínimo de 50 sessões de 45 minutos de Educação para a Sexualidade e os Afetos, sendo assim abordadas e aprofundadas todas as temáticas abrangidas.



Entre asserções e práxis neste percurso, sublinhamos os lemas de que *nunca é cedo demais para prevenir e nunca é tarde demais para mudar comportamentos* (de risco), pois é unânime que *é mais fácil prevenir comportamentos do que alterá-los*, quando já instituídos, pese embora, valha sempre a pena fazê-lo. Distinguindo consensos de coerção, tendo a capacidade de dizer “Não” e de estabelecer limites, a nossa ação centra-se em desenvolver aptidões para modelar positivamente atitudes e comportamentos que permitam à pessoa, na sua dignidade, no seu projeto de vida, lidar de forma saudável com a sua sexualidade e com a de cada outro que faça parte do seu percurso. É também o de consciencializar, ajudar a adaptar-se e a lidar com eficácia com os

desafios e as exigências da vida e dos tempos que percorremos, principalmente na fragilidade dos seus laços humanos.

Dado ser uma matéria sensível e de grande exigência, a Coordenação Regional do Projeto ESA proporciona e dinamiza anualmente extensa formação para os professores pertencentes à equipa de aplicadores do projeto, auscultando também sempre, no início de cada ano letivo, sobre as suas principais necessidades. Este suporte tem-se revelado fundamental para a atualização de conhecimentos, a reflexão e a partilha de experiências, bem como para o acompanhamento, apoio, coordenação e avaliação de todo o processo de intervenção da Educação Sexual na RAM.



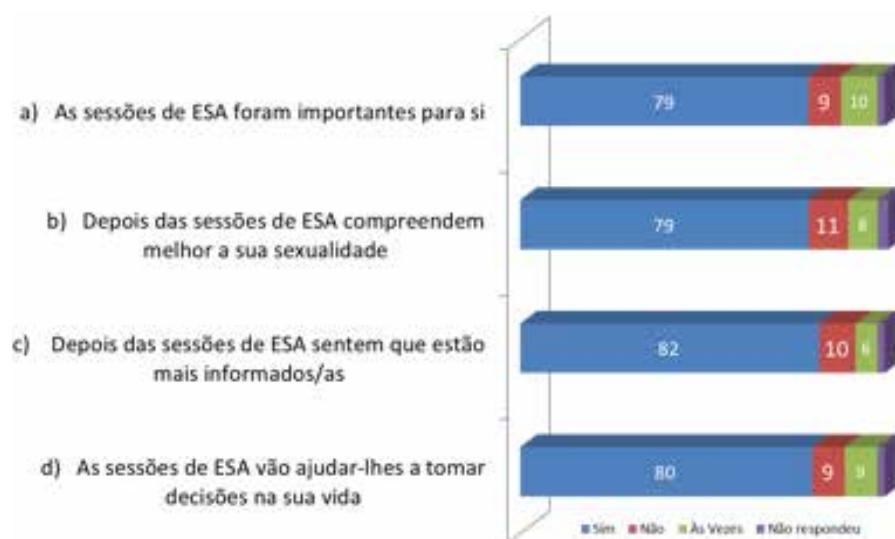
Perante a necessidade de se desenvolver um trabalho junto de educadores e professores do ensino básico e do ensino secundário, tem sido dada também formação a estes profissionais para atuarem na sua prática profissional, nas diversas áreas, e nela integrarem as questões da educação para a saúde, sexualidade e cidadania. Conjuntamente, num importante investimento da DRE, foram disponibilizados um conjunto de materiais - "Kit Pedagógico para o 1º ciclo", da APF – disponível para requisição nas Delegações Escolares, e os manuais "Guiões de Educação, Género e Cidadania" para o pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico – distribuídos a todas as escolas interessadas. No âmbito destas formações com a CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género -, foi ainda apresentado este ano, pela primeira vez no território nacional, o novo "Guião Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário", já disponível em versão digital. Estes materiais podem assim ser rentabilizados por todos os docentes interessados, nas diversas escolas da RAM, do Pré-escolar ao Ensino Secundário.

A Direção Regional da Educação, em conjunto com a coordenação, tem um acompanhamento permanente da equipa, quer em reuniões presenciais, quer através de uma Plataforma Digital, com

*Fóruns de Reflexão e Partilha* e espaços para esclarecimento de dúvidas e onde são disponibilizados diversos materiais. Conforme referido, há também uma preocupação constante e criteriosa com a avaliação do projeto, quer por parte dos alunos, quer por parte dos docentes aplicadores, com relatórios trimestrais – "Relatório Turma" e com um relatório anual, de reflexão final, entregue na conclusão de cada ano letivo – "Recolha Final de Informação".

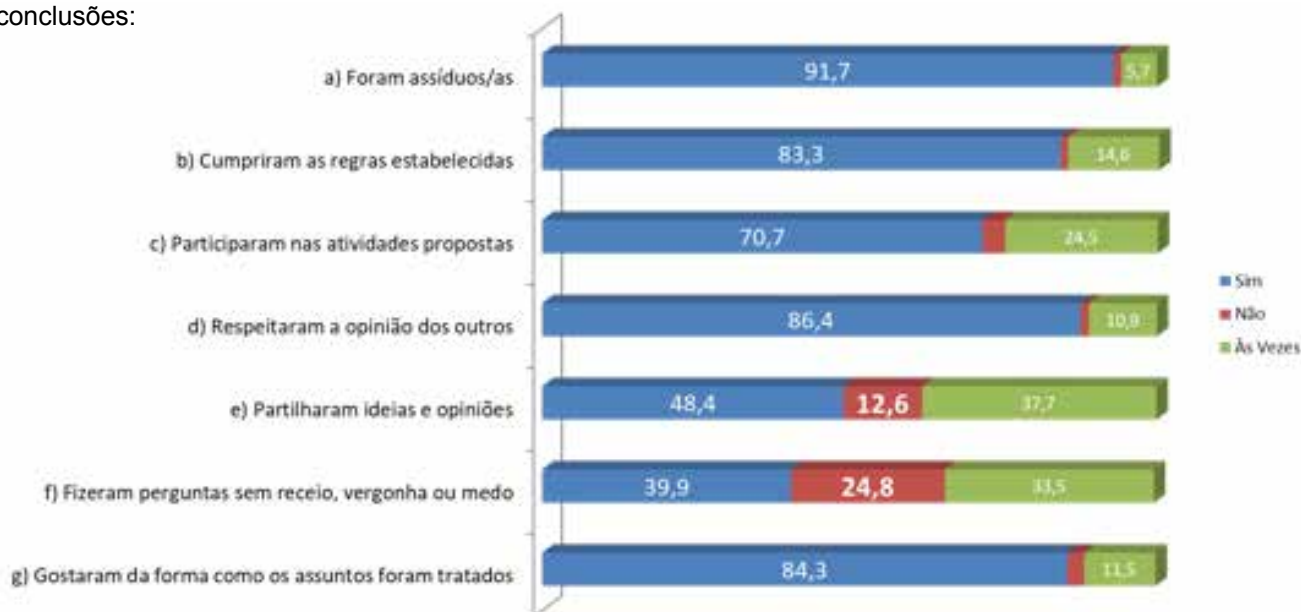
Destes documentos, gostaríamos de salientar a opinião dos alunos, através de uma avaliação individual escrita, anónima, da totalidade dos estudantes abrangidos em cada escola. Os gráficos apresentados são relativos aos dados do ano letivo transato, já concluído. Assim, referem-se a um total de 487 turmas reportadas, dos 5º aos 9º anos, sendo a avaliação o resultados dos cerca de 9.740 alunos envolvidos.

Esta é, mais do que tudo, a fundamentação da ação que sustenta este projeto e que tem sido aqui firmada. Cerca de 80% dos alunos reconhecem a importância do ESA, sentem-se mais informados e compreendem melhor a sua sexualidade após a aplicação do projeto. Com informação e reflexão, portanto mais seguros e menos ansiosos, 89% defendem que as sessões de Educação para a Sexualidade e Afetos vão ajudar-lhes, no mínimo "Às Vezes", a tomar decisões na sua vida. Esta consciência e esta convicção, da grande maioria dos alunos, justificam amplamente cada investimento e cada etapa deste percurso e vão ao encontro dos objetivos traçados.



## A Voz da Coordenação

Na imagem seguinte, podemos também retirar importantes conclusões:



Este gráfico revela-nos a dificuldade de partilhar ideias e opiniões nestas temáticas e a extrema importância da estratégia *Caixinha das Dúvidas e Desabaços* como meio de facilitar o encontro com a realidade de cada aluno que, sem vergonha, receio ou culpa, pode escrever o que o/a preocupa ou inquieta, de forma anónima, em qualquer área, a qualquer momento. Esta forma de participação tem sido preciosa, como se compreende, para alunos e docentes. Mostra-nos também a autoavaliação dos alunos (assiduidade, comportamento e participação) e a avaliação à forma como o docente responsável aplicou este projeto, revelando respostas muito satisfatórias em todos os campos.

Remetendo-nos agora para o processo de aplicação deste projeto nas escolas, gostaríamos de sublinhar que, para o seu pleno sucesso, é muito importante o apoio das respetivas Direções – desde a fundamentação e defesa nos seus documentos orientadores até à disponibilização de equipamentos, materiais e fotocópias e, sobretudo, na consideração e respeito pelo trabalho dos professores que o aplicam e os seus horários. Sabemos que por vezes o trilho é complexo e exigente, mas muitas escolas fazem um trabalho de excelência na compreensão e defesa deste caminho com os seus alunos e os seus docentes. Sublinhamos por isso a extrema importância de ter uma equipa apoiada, motivada e bem preparada

para enfrentar estes desafios, mantendo o entusiasmo necessário ao seu sucesso. Defendemos que estes docentes tenham formação constante e especializada na área, revelem disponibilidade pessoal e tenham um perfil adequado, ou seja, tenham abertura para o tema e elevada motivação para o seu ensino (WHO, 2010)<sup>14</sup>, dada a sensibilidade das temáticas. Gostaríamos de, também por isso, reforçar a importância de estarem sempre presentes dois docentes na sala de aula, sendo que o(a) Diretor(a) de Turma deve desempenhar um papel ativo e participativo nas atividades dinamizadas pelo docente ESA, assim como na informação e esclarecimento dos Pais e Encarregados de Educação, com

<sup>14</sup> World health report 2010 – World Health Organization

a apresentação do que vai ser abordado (Esquema Concetual) e das metodologias usadas, bem como no esclarecimento de dúvidas.

Gostaríamos de aqui assinalar o permanente e incansável apoio e a sólida aposta da Direção Regional de Educação ao longo destes anos, auxiliando e facilitando a implementação deste projeto. Este esforço é sinal do reconhecimento que têm pela abordagem destas temáticas, pelo Projeto ESA e pelo trabalho dos docentes que o aplicam. Este percurso de ensejos e desafios levou à edificação e

consolidação de um projeto que assim perfaz mais de uma década a contribuir para a Formação Pessoal e Social dos Alunos da RAM.

Acreditamos que ao falarmos da saúde e da felicidade dos nossos alunos, as *vozes inseguras* se silenciam e percebem que, tratando o tema da sexualidade nas diferentes dimensões do ser humano e nos diferentes estádios da sua maturidade, estamos a reportar-nos à essência do que nos move e àquilo que nos mantém no equilíbrio vital à realização humana. Como vimos, e como o quadro legal o defende, a

escola não pode abster-se da sua responsabilidade nesta matéria, numa atuação criteriosa, científica, plural e sem juízos de valor, em complementaridade com a ação da família. Indo agora ao encontro de um quadro de referência que pressupõe “a autonomia, a liberdade, a responsabilidade, a consciência de si próprio, a inserção familiar e comunitária e a participação na sociedade que nos rodeia”<sup>15</sup>, a Educação Sexual impõe-se como fundamental e o ESA apresentou-se como artífice de um percurso pioneiro de Cidadania e Saúde no território nacional.



*“Responsabilidade é saber que cada um dos meus atos me vai construindo, me vai definindo, me vai inventando. Ao escolher aquilo que quero vou-me transformando pouco a pouco.”*

*(Fernando Savater,  
Ética para um jovem)*

<sup>15</sup> Adaptado de Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (2017)

### Considerações Finais:

Parafrazeando Panizza (1987), a sexualidade humana é uma realidade complexa, íntima e pessoal, ao mesmo tempo em que envolve, abrange, penetra e dinamiza a pessoa humana como um todo na sua unidade de SER, isto enquanto sujeito que se constrói em interação consigo, com o outro e com o mundo. É, por isso, uma componente crucial da formação pessoal e social. Esta não pode ser pontual, mas formal, estratégica, estruturada, com continuidade pedagógica, consolidada e permanentemente avaliada. Conforme refere o Professor Carlos Gonçalves, “Frequentemente estas intervenções reduziram-se a meras ações avulsas, protagonizadas sobretudo por entidades exteriores ao meio escolar, com objetivos predominantemente remediativos, centradas na informação, como por exemplo a prevenção da SIDA, a gravidez não planeada na adolescência (...) e não preferencialmente com objetivos promocionais do desenvolvimento humano integral, por isso, com reduzida ou nula eficácia (...). Na melhor das hipóteses com resultados a curto prazo que se esbatem ao longo do tempo: “o que se adquire rapidamente perde-se imediatamente” (Martin, 1990). Estas iniciativas são de enaltecimento, mas em complemento a um trabalho mais profundo e continuado.

A ação do ESA apresenta-se assim em sintonia com a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, nos três eixos de ação recomendados, indo ao encontro de várias temáticas, e integra também “um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que no futuro sejam adultos com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática”. Procura-se neste projeto preparar os nossos jovens para enfrentarem os desafios da atualidade e alcançarem a realização individual

e a importante harmonia nas relações humanas e para que, de forma livre, possam escrever os seus próprios percursos de vida, com capacidade, respeito, coragem e bondade. Aponta-se como missão encontrar jeitos de informar e orientar os jovens para que protelem a iniciação sexual, tenham responsabilidade, capacidade de reconhecer e gerir emoções, autoestima e autoconfiança e tenham comportamentos seguros e de proteção. Augura-se que estes tenham um olhar crítico e uma atitude reflexiva para que manifestem uma visão da sexualidade menos instrumental e mais integradora e abrangente, com marcas relacionais e centrada nos afetos.

Indubitavelmente, retivemo-nos num aspeto central do ser humano em todo o seu ciclo de vida.

É bom recordarmos à humanidade todos os dias que a origem, a existência e o destino *mor* é... o AMOR...

...e que é preciso permanentemente conquistar seus pulcros tesouros, fazendo escolhas, domando o tempo, cultivando AFETOS.

No horizonte, amar *sempre* e sem *pressa*, está a nossa Visão.

*Não há tempo, tão curta é a vida, para discussões banais, desculpas, amarguras, tirar satisfações. Só há tempo para amar, e mesmo para isso, é só um instante. (Mark Twain)*

*O tempo corre, o tempo é curto: preciso me apressar, mas ao mesmo tempo viver como se esta minha vida fosse eterna. (Clarice Lispector)*

<sup>16</sup> PANIZZA, L. Escola em busca do ser: viver a realidade humana e divina. 3. ed. Curitiba: Vicentina, 1987, p. 275.

<sup>17</sup> Professor Auxiliar na FPCEUP

<sup>18</sup> Martin, J. (1990). Confusions in Psychological Skills Training. Journal of Counseling & Development, 68, 402-407.

<sup>19</sup> Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, XXI Governo Constitucional da República Portuguesa (Setembro de 2017)

## Aconteceu...

Aconteceu na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, nos dias 9 e 10 de julho, o **I Seminário Internacional “Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas”** (I CAFTe).

Realizou-se no passado dia 13 de julho, na Universidade de Aveiro, o **Encontro da Secção de Educação a Distância - Cenários e Práticas de Educação Digital**, da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

Teve lugar nos dias 12 e 13 de julho, o **IV Seminário Diversidade, Educação e Cidadania (DEC) – O Tempo da Criança**, na Universidade de Lisboa, cujo texto de apresentação se divulga:

“Existimos no tempo. Exigimos ser nele de um modo que respeite a nossa humanidade. O tempo de nos demorarmos a ser quem somos. O tempo do trabalho, o tempo do ócio, o tempo da fruição, o tempo da criação, o tempo da

reflexão, o tempo de aprender. E ainda o tempo de brincar, o tempo da relação, o tempo do silêncio. O tempo de decidir o que fazer com o nosso tempo.

É um direito o tempo. É um dever, também. O direito e o dever de se ser criança. O de respeitarmos os seus ritmos, o seu processo de maturação, as suas diferenças de tempo. E ainda o tempo de ser deste tempo mas também de todos os tempos e fora dele. Do passado. Do futuro. Do presente.

Vivemos tempos vertiginosos. As nossas crianças, para quem o tempo de crescer parecia lento e tardar o tempo de ser grande, ainda o sentem lento, de tão preenchido e estruturado com o trabalho árduo das obrigações, sendo as distrações também elas hoje obrigações? Como vivem o tempo das obrigações das aulas correndo para as obrigações extracurriculares e para as obrigações dos trabalhos de casa, dos tempos das matérias para os tempos livres que o quase não são mais?

Qual o espaço deixado para a criatividade, entre os brinquedos prêt-à-porter e as consolas?

Qual o lugar para a evasão e para a liberdade, controladas as crianças à distância pelos

telemóveis e de perto pelo toque dos despertadores e pelas campainhas das escolas?

O que é feito do tempo da leitura com os pais, à noite antes de dormir? E do tempo da escrita para contarem as suas histórias e os mundos que existem no tempo da sua imaginação?

Qual a experiência do tempo nas escolas, em casa, nos bairros, na rua?

Precisamos de tempo para pensar o tempo, para senti-lo passar, para o questionar. Precisamos de analisar como o vivemos, como o perdemos, como nos perdemos nele. Precisamos perceber a violência com que nos deixamos aprisionar por ele. Precisamos de tempo para imaginar como poderá ser um outro tempo, uma outra maneira mais harmoniosa de o viver. Precisamos do tempo para sentir a natureza, para escutar os pássaros, para usufruir uma obra de arte, para nos demorarmos na leitura de um livro, para ficarmos parados no silêncio.

Precisamos de tempo, todos nós, para sermos crianças e para sermos com as nossas crianças. O tempo de ser criança. (...)



## Aconteceu...

### > 50 Anos depois da Pedagogia do Oprimido-Congresso Internacional, 11 a 13

de julho 2018 | Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (FPCEUP).

#### *Breve sinopse:*

No ano de 2018 irão completar-se 50 anos que Paulo Freire, então refugiado no Chile, terminou a sua fundadora e mais famosa obra, a “Pedagogia do Oprimido”. Como é do conhecimento geral, esta obra não só teve, como continua a ter um impacto mundial nos campos da educação, da política e da cultura. Basta recordar que este texto foi, e continua a ser objeto de estudo e de reconhecimento mundial, estando atualmente traduzido e publicado em múltiplas edições, em várias dezenas de países da América do Norte, América do Sul, Europa, África e Ásia, sendo também a terceira obra mais citada nas ciências sociais e humanas – segundo um levantamento realizado a partir do Google Scholar por Elliot Green da London School of Economics. Pela sua enorme importância, a UNESCO considerou “Património da Humanidade” o acervo de Paulo Freire incluiu-o no programa “Memórias do Mundo”.

Tratando-se de um livro de tão

grande projeção internacional, o Instituto Paulo Freire de Portugal, de parceria com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Universidade do Porto, decidiu dar corpo a uma iniciativa que comemorará, condignamente, não só esta efeméride mas também a relevância contemporânea da obra deste autor que coloca em evidência a necessidade de reflexão e de debate sobre questões tão significativas como políticas educativas, práticas e filosofias pedagógicas, movimentos contra-hegemónicos, problemas de identidade, de participação e de cidadania, etc..

Entre os conferencistas presentes destaque para Afonso Scocuglia Professor da Universidade Federal de Paraíba, António Magalhães, Professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, António Teodoro, Professor Catedrático da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Boaventura de Sousa Santos, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Helena Araújo, Professora Catedrática da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da

Universidade do Porto, Inês Barbosa de Oliveira, Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Irène Pereira, Professora na Universidade de Paris-Est Créteil, Isabel Menezes, Professora Catedrática da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, José Eustáquio Romão, Diretor e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Nove de Julho, Licínio Lima, Professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade do Minho, Luís Alcoforado, Professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Luís Mesquita, Diretor da Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos, Luiza Cortesão, Professora Emérita da Universidade do Porto, Rosa Madeira, Professora da Universidade de Aveiro, Rosa Nunes, Professora Reformada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Sílvia Manfredi, Presidente do Instituto Paulo Freire Itália, Wanderley Geraldi, Professor Titular Jubilado da Universidade Estadual de Campinas, Xavier Bonal, Professor da Universidade Autónoma de Barcelona.

## Brevemente...

➤ **VI Colóquio Internacional de Educação: Democracia em tempo de crise;** o evento tem por finalidade ampliar as possibilidades de diálogo e reflexão entre estudantes de graduação e pós-graduação, docentes da educação básica e da educação superior e pesquisadores da área da educação e afins. 10/09/2018 - 12/09/2018 - UNOESC – Brasil. Mais informações em [http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/atendimento/Si%CC%81ntese\\_PROGRAMAC%CC%A7A%CC%83O\\_Coloquio-2...](http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/atendimento/Si%CC%81ntese_PROGRAMAC%CC%A7A%CC%83O_Coloquio-2...)

➤ **II Seminário Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Género, Saúde e Sustentabilidade VII Seminário Internacional Corpo, Género e Sexualidade III Seminário Internacional Corpo, Género e Sexualidade - Resistências e Ocupações nos Espaços de Educação.** A Universidade Federal do Rio Grande - FURG sediará no ano de 2018, o VII Seminário Corpo, Género e Sexualidade: resistências e ocupa(ções) nos espaços de educação, III Seminário Internacional Corpo, Género e Sexualidade e o III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Género, Saúde e Sustentabilidade. O evento ocorrerá de 19 a 21 de setembro de 2018, no Ciddec Sul. Mais informações em: <http://www.7seminario.furg.br/inicio>

➤ O Congresso **“Ciências da Educação em Portugal: saberes, contextos de intervenção e profissões”** realiza-se nos dias 15 e 16 de novembro de 2018, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Mais informações em: [https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/noticias\\_geral.ver\\_noticia?P\\_NR=39437](https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/noticias_geral.ver_noticia?P_NR=39437)

### ➤ **Diálogos sobre Educação – Inspeção Regional de Educação - Escalando o pódio: A construção da excelência escolar** - 8 e 9 de novembro de 2018.

Este curso revestirá a forma de curso de formação contínua e terá um máximo de 40 participantes. Uma breve sinopse desta ação:

Como se constrói a excelência na escola pública? Aparentemente simples, esta interrogação interpela a raiz da educação escolar, abrindo o debate às diversas dimensões que estruturam o atual sistema educativo. A expansão de políticas educativas de feição gerencialista colocou na ordem do dia o tema da excelência, não deixando indiferentes os estudantes, as famílias, os meios de comunicação social e as instituições sociais em geral. Em particular nas escolas de ensino público, o enfoque crescente na produção de resultados arrastou consigo novas dinâmicas de gestão e liderança ao serviço da (suposta) “qualidade” e da eficácia escolar.

O curso de formação propiciará a partilha de experiências e o debate de resultados de pesquisa sobre a problemática da meritocracia e da excelência escolar, tendo em vista reforçar a reflexividade e o conhecimento sobre o tema. Utilizando a metáfora da escalada para ilustrar o modo como se constrói a excelência e como se atinge o lugar cimeiro (pódio), propõe-se uma abordagem em torno de quatro etapas fundamentais:

- i) Aclimatização à cultura escolar;
- ii) Traçar o trilho e prender as cordas (socialização na cultura performativa);
- iii) Resistência e gestão do tempo e do esforço;
- iv) Transição para o ensino superior.

A incursão pelas várias facetas da excelência escolar contempla, inicialmente, uma conferência ilustrada sobre a relevância do capital cultural na construção da excelência escolar e um debate em torno da democratização e da performatividade nas sociedades contemporâneas e, no final, uma discussão sobre a cultura meritocrática no panorama internacional, em contraponto com outras alternativas no quadro de uma escola democrática.

➤ **Diálogos sobre Educação – Inspeção Regional de Educação - Escalando o pódio: A construção da excelência escolar** - 8 e 9 de novembro de 2018.

Este curso revestirá a forma de curso de formação contínua e terá um máximo de 40 participantes. Uma breve sinopse desta ação:

Como se constrói a excelência na escola pública? Aparentemente simples, esta interrogação interpela a raiz da educação escolar, abrindo o debate às diversas dimensões que estruturam o atual sistema educativo. A expansão de políticas educativas de feição gerencialista colocou na ordem do dia o tema da excelência, não deixando indiferentes os estudantes, as famílias, os meios de comunicação social e as instituições sociais em geral. Em particular nas escolas de ensino público, o enfoque crescente na produção de resultados arrastou consigo novas dinâmicas de gestão e liderança ao serviço da (suposta) “qualidade” e da eficácia escolar.

O curso de formação propiciará a partilha de experiências e o debate de resultados de pesquisa sobre a problemática da meritocracia e da excelência escolar, tendo em vista reforçar a reflexividade e o conhecimento sobre o tema. Utilizando a metáfora da escalada para ilustrar o modo como se constrói a excelência e como se atinge o lugar cimeiro (pódio), propõe-se uma abordagem em torno de quatro etapas fundamentais: i)

Aclimatização à cultura escolar;

ii) Traçar o trilho e prender as cordas (socialização na cultura performativa);

iii) Resistência e gestão do tempo e do esforço;

iv) Transição para o ensino superior.

A incursão pelas várias facetas da excelência escolar contempla, inicialmente, uma conferência ilustrada sobre a relevância do capital cultural na construção da excelência escolar e um debate em torno da democratização e da performatividade nas sociedades contemporâneas e, no final, uma discussão sobre a cultura meritocrática no panorama internacional, em contraponto com outras alternativas no quadro de uma escola democrática.

Coordenação científica e pedagógica do Curso: Leonor L. Torres e José A. Palhares

**Equipa docente:**

José A. Palhares, Leonor L. Torres, Virgínio Sá, Germano Borges [Universidade do Minho], António Augusto Neto-Mendes [Universidade de Aveiro]

Oradores convidados, via videoconferência:

Luísa Quaresma – Universidade Autónoma do Chile

**Organização do curso**

A formação compreenderá sessões teóricas e sessões teórico-práticas dinamizadas a partir de diversas atividades pedagógicas (trabalhos de grupo, debates restritos e alargados, reflexões individuais e coletivas, relatos de experiências, partilha de

resultados de investigação, entre outras) orientadas por docentes e investigadores do Departamento de Ciências Sociais da Educação e do Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho e da Universidade de Aveiro. Esta ação conta ainda com a participação, por videoconferência, de uma investigadora da Universidade Autónoma do Chile, que participou no projeto de investigação Entre mais e melhor escola: a excelência académica na escola pública portuguesa (Excel.pt).

➤ **IV SLBEI - Seminário Luso-Brasileiro de Educação de Infância & I CLABIE - Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Infâncias e Educação** -

Universidade de Aveiro, de 15 a 17 de novembro de 2018. Mais informações em <https://www.slbei.com/ivslbei-iclabie>

➤ **Ethnography and Education - Winter School - Barcelona**, de 12 a 14 de dezembro de 2018. Mais informações em <http://www.eera-ecer.de/season-schools/ethnography-and-education-winter-school/>

➤ Realizar-se-á de 16 a 18 de maio de 2019, na República Checa, a **4th Conference of the ESREA Network on Policy Studies in Adult Education**.

Todas as informações em: <https://sites2.ff.cuni.cz/esrea2019/>

## Sugestão de leitura

# Felicidade e liberdade

## Para uma utopia do humano

Joaquim Machado de Araújo



“A utopia está associada ao desejo de um mundo melhor e à necessidade de o construir na sociedade dos viventes, necessidade essa que a modernidade assume como projeto a concretizar. O primeiro capítulo dá conta de mundos atraentes e apetecíveis onde as pessoas são felizes, mas também de mundos horríveis e rejeitáveis que as fazem infelizes. O segundo capítulo deslinda o mundo novo da utopia, apresentado como farol da vida humana na navegação individual

e coletiva, e desvela a candura da fixação no sonho utópico, já denunciado por Voltaire, sugerindo a necessidade de o fixar num lugar outro. Os outros quatro capítulos seguem as tramas fixadas em *Brave New World* e *Island* de Aldous Huxley, *Nineteen Eighty-Four* de George Orwell e *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury, destacando os processos societários de promoção da felicidade colectiva, problematizando a relação entre o individual e o coletivo e enfatizando a tensão entre a

liberdade e o controlo. Ao mesmo tempo, procuram deslindar a utopia que sustenta a crítica a estas sociedades onde a liberdade se tornou servidão, e assinalar as pistas deixadas por estes autores que sugerem um lugar para o oásis de liberdade e de felicidade que o ser humano procura, ao mesmo tempo que evidenciam a importância da literatura, especialmente da leitura dos clássicos, para a tomada de consciência da desordem que a nova ordem instituída comporta.”

in <https://www.fmleao.pt/liberdade-e-felicidade/>

## Sugestão de leitura

# Lugar de Felicidade

## Educação, Sociabilidade e Utopia

Joaquim Machado de Araújo



“A ilha emerge como o não lugar dos valores, o lugar utópico onde se encontram a cidade ideal e o homem novo que nela habita, o lugar onde se colocam os referenciais que justificam a intencionalidade da educação e a alquimia que educador e educando concretizam no processo educativo, o lugar para onde apetece deslocar, o lugar que se oferece como morada para acolher

o “viajante em utopia”, interpelando assim o leitor a viajar até ela, mais do que pela deslocação física e geográfica, pela análise crítica do “seu” mundo e, sobretudo, por um processo de distanciamento (espiritual e ético) em relação a ele e uma aproximação ao interior de si mesmo passando por uma transformação pessoal em nome dos referenciais que “achou” em Utopia.”

in <https://www.fmlea.pt/lugar-de-felicidade/>